

Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

“Protecção dos Trabalhadores dos Casinos-Satélites na Transição para as Concessionárias”

A reestruturação do sector do jogo em Macau, com a cessação iminente da operação dos casinos-satélites até ao final do corrente ano, constitui uma transição de profundo impacto socioeconómico. Para além das inevitáveis consequências nos estabelecimentos comerciais e de restauração circundantes, muitos dos quais enfrentam o encerramento por drástica redução de clientela, é imperativo centrar a atenção no capital humano que será afetado. Centenas de trabalhadores, essenciais para o funcionamento destas unidades satélite, confrontam-se agora com uma reconfiguração abrupta das suas realidades laborais, gerando incertezas que transcendem a mera transferência física de local de trabalho. São de extrema importância as subseqüentes medidas concretas que o Governo da RAEM está a adoptar ou a planear para salvaguardar de forma integral e digna o presente e o futuro profissional destes cidadãos, garantindo uma transição justa, estável e que preserve o seu bem-estar psicossocial.

Dos contactos permanentes efectuados pelo nosso **Gabinete de Atendimento aos Cidadãos** com muitos dos trabalhadores dos casinos-satélites, estes manifestaram enorme e justificada preocupação quanto ao seu futuro profissional face às mudanças para os novos locais de trabalho, novos superiores hierárquicos e novos colegas de trabalho. Esta alteração radical do ecossistema laboral não é trivial, podendo potenciar situações de desconforto, marginalização ou mesmo conflito. Acresce que muitos destes trabalhadores estão particularmente apreensivos com a possibilidade do aumento significativo da carga horária e da pressão por resultados excessivos, factores que, como é amplamente reconhecido, elevam exponencialmente os níveis de stress ocupacional, originando estados de ansiedade e depressão. Outras inquietações prementes estão directamente relacionadas com a sua inserção e adaptabilidade em novos ambientes de trabalho, onde receiam não encontrar o suporte necessário para uma integração harmoniosa e produtiva.

Perante este cenário complexo, **impõe-se que o Governo de Macau acompanhe de forma proativa e contínua não só o processo de transferência, mas sobretudo o desenvolvimento da saúde mental e da capacidade profissional dos**

trabalhadores nos seus novos contextos laborais. É crucial implementar e fazer cumprir regras claras que respeitem e promovam o equilíbrio entre vida pessoal, profissional e familiar, uma necessidade ainda mais urgente para os trabalhadores com filhos menores a cargo e ascendentes por sustentar e obrigações financeiras pesadas, como amortizações bancárias. A mera existência de horários não garante, por si só, a qualidade de vida. **Por outro lado, é premente a implementação de programas abrangentes de bem-estar laboral,** delineados especificamente para abordar os desafios da saúde mental inerentes a esta transição e para fomentar efetivamente o equilíbrio entre os diversos domínios da vida do trabalhador.

A par destas preocupações, muitos trabalhadores expressaram ainda sérias dúvidas quanto à segurança, estabilidade e duração dos seus empregos nas novas estruturas.

Persiste o receio fundado de que, a médio prazo, possam ser forçados a demitir-se dos cargos ou sejam sujeitos a funções e trabalhos distintos dos estipulados nos respectivos contratos de trabalho, configurando potenciais situações de assédio moral ou desvirtuamento contratual. Esta insegurança laboral, agravada pelo contexto económico volátil, representa um fardo psicológico adicional e uma ameaça à coesão social.

Relativamente à questão estrutural dos casinos-satélites, o Governo de Macau, em resposta a uma interpelação escrita anterior, afirmou que “o governo da RAEM deposita grande atenção aos possíveis impactos da cessação da exploração dos ‘casinos-satélites’ pelas três concessionárias de jogo no final deste ano trazidas às zonas vizinhas, reforçando a comunicação e a cooperação com as associações comerciais zonais, bem como estuda e lança, de forma proactiva, uma série de medidas para atrair e otimizar o ambiente operacional daquelas zonas, por forma a apoiar a transformação qualitativa por parte das lojas daquelas zonas”. **Embora louvável a atenção ao tecido comercial adjacente, é fundamental que essa mesma proatividade e detalhe operacional se estendam, com idêntico vigor, à dimensão humana e laboral deste processo, concretamente aos trabalhadores em transição.**

Neste sentido, e face ao exposto, solicito ao Governo **os seguintes esclarecimentos, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA, e em tempo útil, às seguintes questões:**

1. Que medidas concretas e eficazes, com calendário definido e indicadores de monitorização estão a ser implementadas pelas autoridades competentes para garantir um acompanhamento directo e eficiente da integração dos trabalhadores transferidos dos casinos-satélites para as concessionárias do jogo? Vao as autoridades competentes acompanhar a par e passo todo este processo para que seja assegurada uma adaptação bem-sucedida às mudanças de local de trabalho, nova hierarquia, e a promoção de um ambiente de trabalho cooperativo e de respeito com os novos colegas?

2. De que mecanismos específicos de acompanhamento (e.g., gabinetes de apoio, consultadoria psicológica, mediação laboral) dispõem as autoridades competentes para monitorizar e garantir que os trabalhadores transferidos mantenham uma saúde mental robusta e plena capacidade profissional nos novos locais de trabalho? Como será efectivamente garantido e fiscalizado o respeito pelas regras de equilíbrio entre vida pessoal, profissional e familiar, especialmente no caso de trabalhadores com encargos familiares (filhos menores) e financeiros críticos (amortizações bancárias)?

3. Que medidas concretas e eficazes, de carácter vinculativo, estão a ser implementadas ou negociadas com as concessionárias para dissipar as preocupações dos trabalhadores transferidos quanto à segurança, estabilidade e duração dos seus empregos? Que medidas preventivas e sancionatórias estão previstas para a eventualidade de, a médio prazo, estes trabalhadores serem forçados a demitir-se ou serem forçosamente alocados a funções distintas das contratualmente acordadas? Que planos concretos de investimento no desenvolvimento de novas habilidades, competências e requalificação profissional estão a ser planeados em conjunto com as concessionárias do jogo? Como é que estes planos garantirão a estabilidade dos postos de trabalho e a empregabilidade futura destes trabalhadores num mercado de trabalho em constante e acelerada evolução, mitigando assim os riscos de aumento do desemprego ou da precarização para trabalho parcial?